SOCIAL



PNADC e Caged

Os analistas de mercado estão revendo suas previsões de crescimento para 2018: antes estimada em 3%, agora passa a girar em torno de 2 e 2,5%. A razão é que o motor da retomada que havia sido apontado pelos analistas – o consumo – pode decepcionar, pela situação do mercado de trabalho: o movimento de ampliação da informalidade, que começou em 2017, agora é agravado com a Reforma Trabalhista que entrou em vigor em novembro de 2017. Aproxima-se, assim, o que se entende como trabalhador formal no país da informalidade, com a perda de direitos, o que faz a situação objetiva do trabalhador considerado formal assemelhar-se à do informal.

Sobre os dados relativos ao mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostrou que o desemprego voltou a crescer de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018 em relação ao trimestre anterior. Para o trimestre de dezembro de 2017 a fevereiro de 2018, a taxa de desocupação ficou em 12,6%, 0,6 ponto percentual acima do trimestre de setembro a novembro de 2017, mas menor em 0.6 p.p. que no mesmo trimestre do ano anterior.

Se, por um lado, esse crescimento do desemprego é de certa forma comum, considerando a dinâmica da economia brasileira, que se acelera no fim do ano e com desligamentos no início do ano, o quadro é bastante delicado, em especial pela continuidade da ampliação da informalidade na economia brasileira.

Os dados do trimestre em questão mostram que o número de empregados com carteira atingiu 33,1 milhões, o menor nível da série histórica desde 2012. Já os empregados sem carteira (que contabilizavam 10,8 mi) caíram em relação ao trimestre anterior (em

que foi de 11,2 mi), mas se ampliaram em relação ao ano anterior, quando somavam 10,3 mi.

Os trabalhadores por conta própria somam 23,1 milhões de pessoas, estável em relação ao trimestre anterior, mas acima do ano anterior, quando somavam 22,1 mi. Somam-se a esse quadro uma quantia de 26 mi de brasileiros desocupados, que desistiram de procurar emprego ou trabalham menos horas do que gostariam. Ou seja, tem se mostrado consistente a tendência na economia brasileira de uma "recuperação" do mercado de trabalho puxada pelo crescimento da informalidade e dos empregos mais precários.

Os dados do Caged mostram que, para 2018, em janeiro e fevereiro houve saldo positivo de geração de vagas formais (respectivamente 77,8 mil e 61 mil), mas a informalidade continua muito alta e sendo a marca da queda das taxas de desocupação no país. Para março de 2018, foi anunciada uma geração de 56 mil vagas formais, o que, comparado aos dados de janeiro e fevereiro, mostra uma desaceleração na criação de postos formais, apesar do resultado de março ter sido o melhor desde 2013, quando o Brasil gerou 112 mil postos de trabalho formais no mesmo mês (saldo).

Em março de 2018 o crescimento foi impulsionado pelo setor de serviços (que obteve saldo de 57 mil e que também concentrou a maior parte dos novos contratos do tipo intermitente, permitidos após a reforma), seguido da indústria (dez mil) e construção civil (sete mil), com a agropecuária apresentando saldo negativo de 17,8 mil postos de trabalho formais.

Outros indicadores do mercado de trabalho também caminham na mesma direção, apontando uma redução dos custos do trabalho em setores específicos, o que impacta o poder de compra dos trabalhadores e sua qualidade de vida. Por exemplo, nesse mês o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que a mão de obra na construção civil ficou mais barata em março de 2018 em relação a fevereiro do mesmo ano e com queda ainda maior em relação ao mesmo mês no ano anterior. O IBGE aponta que, em 2017, foram

firmados dois acordos coletivos no setor, contra nenhum em março de 2018.

PNADC: pobreza e desigualdade

Dados da PNADC de 2017 divulgados pelo IBGE mostram que neste ano os 10% mais ricos do Brasil concentraram 43,3% da massa de rendimentos de 2017, enquanto aos 10% mais pobres restou somente 0,7% dessa massa. Em 2016, esses valores foram, respectivamente, de 43,4% e 0,8%.

De 2016 para 2017, também caiu a participação da renda de todos os trabalhos na composição da renda das famílias em 1 p.p., de 74,8% para 73,8%. Já a renda média e o rendimento médio real domiciliar dos brasileiros caíram de 2016 a 2017. Esse aspecto, que a decomposição regional deixa mais evidente que tenha sido puxado pela região Sudeste, é responsável pela desigualdade medida pelo Gini a partir dos dados da PNADC não ter aumentado de 2016 para 2017 (manteve-se em 0,549).

A renda dos mais ricos também caiu em 2017, mostrando que a desigualdade não aumentou em 2017, apesar da ampliação da pobreza, porque todos ficamos mais pobres de maneira geral. Também, a partir dos novos dados da PNADC, especialistas calcularam um aumento da miséria no Brasil de 2016 para 2017 de 1,5 milhão de pessoas.

Todos os indicadores mostram uma piora da qualidade de vida dos brasileiros de 2016 a 2017. Embora a desigualdade de renda seja uma questão estrutural do Brasil, os dados reiteram que o modelo econômico adotado tem ampliado as desigualdades no país.

Do ponto de vista dos trabalhadores, essas não são boas notícias, pois significa que seu poder de compra está mais baixo e seu poder de barganha para conseguir melhores condições de trabalho, em um momento de altos níveis de desemprego, está muito baixo. E, se os trabalhadores estão obtendo uma pior inserção no mercado de trabalho, piores condições de consumir e pior qualidade de vida, cabe perguntar a quem interessa o arranjo atual para a "recuperação" econômica.